

Chinaglia consultará líderes sobre Sinase

Ao receber ontem do Executivo o projeto que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, reconheceu a importância do tema, mas disse que, antes de estabelecer um prazo de votação, pretende levar o assunto aos líderes partidários. Em sua opinião, é preciso que os deputados conheçam e discutam a fundo a matéria, para que a Câmara vote o projeto com segurança, já que o tema 'criança e adolescente' desperta polêmicas.

O projeto foi entregue pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da Re-



Chinaglia garantiu ao ministro Paulo Vannuchi levar o tema aos líderes partidários

pública. O texto detalha as regras para aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei. Vannuchi pediu prioridade à maté-

ria. Pela proposta, os estados ficarão responsáveis por executar medidas de semi-liberdade e internação, enquanto os municípios ficarão com as me-

didias em meio aberto, como a prestação de serviço à comunidade. Já a União ficará responsável por coordenar a Política Nacional de Medidas Socioeducativas e dar aporte financeiro a estados e municípios.

Mais rapidez

O projeto altera artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para acelerar o andamento de processos relativos a esses jovens. Prevê também que a aplicação de medidas socioeducativas leve em conta características individuais do adolescente, além de determinar a presença de um defensor em todas as fases do processo. Ainda de acordo com a

proposta, a estrutura física das unidades de internação terá que cumprir requisitos definidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Tanto o ministro quanto o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, deputado Luiz Couto (PTPB), disseram que a aplicação uniforme das medidas socioeducativas em todo o País poderá diminuir os índices de atos violentos praticados por jovens, derrubando assim o argumento de que é preciso reduzir a maioridade penal, que hoje é de 18 anos. O ECA completa 17 anos nesta sexta-feira.